

A determinação da discriminação salarial: regras inviáveis

» JOSÉ PASTORE

Professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo aposentado; presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP; e membro da Academia Paulista de Letras

Ao regulamentar a Lei nº 14.611/2023, que trata do combate à discriminação salarial e remuneratória entre gêneros, raça, etnia, origem e idade, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 11.795/2023 e a Portaria MTE nº 3.714/2023 que estão dando uma grande dor de cabeça para empregadores, empregados e profissionais de recursos humanos (RH). São inúmeros os pontos obscuros. Entre eles, cito os seguintes:

As empresas com mais de 100 empregados terão de fornecer dados sobre salários, gratificações, adicionais (legais e negociados), hora extra, 13º salário etc. para o Ministério do Trabalho e Emprego elaborar um relatório que servirá de base para se decidir se há ou não desigualdade ou discriminação entre cargos com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Ocorre que essa publicação trata predominantemente de profissões e ocupações. Raras são as referências entre cargos. E, mesmo assim, as indefinições são enormes. Por exemplo, qual é a diferença de hierarquia (e de salários) quando a CBO se refere a “chefe de manutenção eletromecânica”, “coordenador técnico de eletromecânica”, “encarregado de turnos de eletromecânicos”, “mestre de manutenção eletromecânica” e “supervisor de manutenção eletromecânica”?

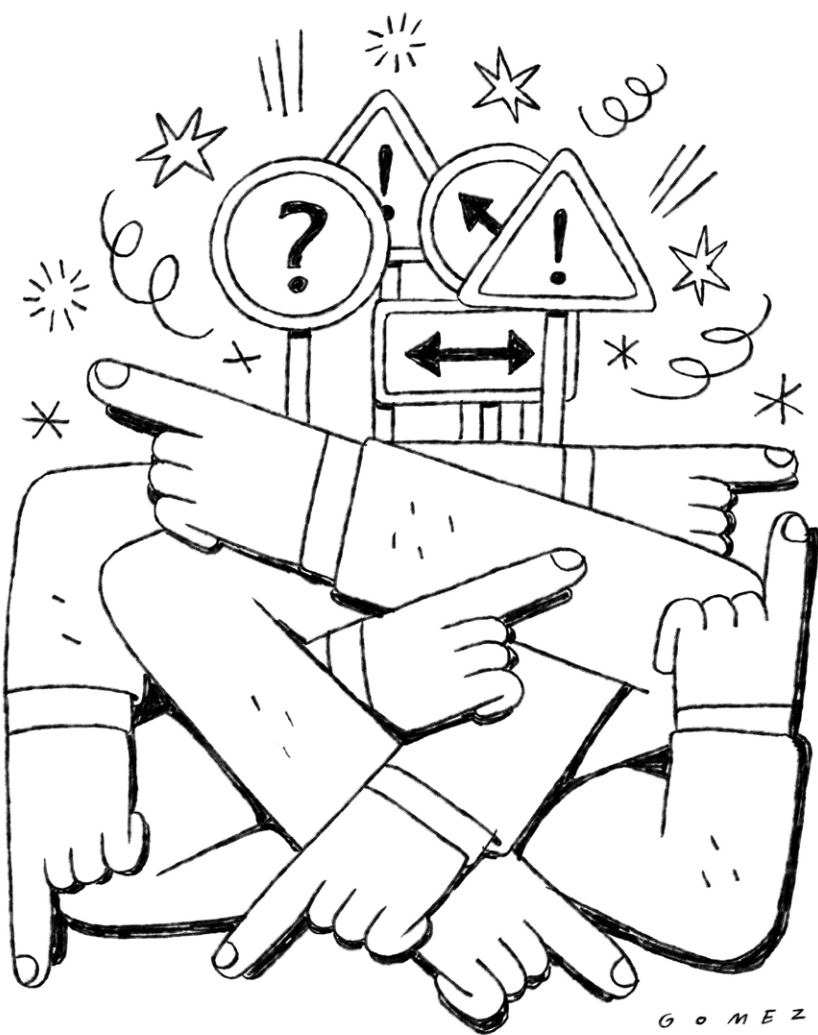
Essas indefinições podem levar a decisões equivocadas. As empresas serão multadas ou obrigadas a fazer um plano de correções se os salários entre essas funções forem diferentes? E se, na mesma função, houver diferenças de formação profissional e experiência de trabalho? As empresas serão punidas se fixarem salários diferentes para atender a essas peculiaridades?

O mais intrigante é que o decreto e a portaria estabelecem que o relatório sobre igualdade e discriminação será elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Se essas questões são indecifráveis para os profissionais de RH das empresas, o que dirá para os técnicos do MTE que estão distantes do processo produtivo?

Um outro ponto de extrema complexidade diz respeito à quantidade de relatórios a serem elaborados. A portaria fixa a necessidade de um relatório para cada CNPJ. Isso significa que uma empresa comercial que tenha 5 mil filiais no Brasil terá de coletar e enviar ao MTE os dados referentes às 5 mil

lojas. E quando houver diferenças de tamanho e complexidade entre as filiais, será discriminatória a fixação de salários diferentes para os seus chefes ou gerentes?

Mas o maior de todos os problemas diz respeito à obrigatoriedade de as empresas publicarem o relatório do MTE no próprio site no qual serão indicadas as diferenças salariais e remuneratórias do seu pessoal. Isso não tem cabimento. As políticas de recursos humanos, salários e gratificações são confidenciais e devem ser preservadas até por força de leis. Essa exigência expõe as empresas a riscos de reputação e de imagem que não podem ser reparados depois



de veiculados nos seus sites e, quem sabe, até nas incontroláveis redes sociais.

Será que o governo quer expor, deliberadamente, as empresas a todos esses riscos? Não entendi o propósito de uma regulamentação tão complexa e tão pouco viável. Lembro-me de um amigo senador que diz: “A regulamentação de uma lei é a oportunidade que os burocratas têm para se vingar dos legisladores”.

Sugiro ao MTE que medite bem e discuta bastante essas propostas com as partes interessadas — empregadores, empregados e profissionais de RH para evitar agravar ainda mais a enorme insegurança jurídica que domina a área trabalhista.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

A ciência como futuro do planeta

Muitas décadas antes da virada do século, os estrategistas chamavam a atenção para a enorme importância econômica que a tecnologia iria adquirir para os países. Chegaram a afirmar que aquelas nações que resistssem em investir maciçamente em pesquisas variadas, ficariam para trás, correndo o risco de se tornarem dependentes de países que avançaram e investiram em ciências. Não deu outra.

Hoje, o que se observa é que vários países que não seguiram esses conselhos tornaram-se dependentes econômica e até politicamente de nações que buscaram na ciência novos referenciais e fontes de riquezas e prosperidade. Para os países que hoje se encontram no seleto e fechado grupo de nações desenvolvidas, as universidades e os laboratórios de pesquisa estatais e privados receberam grandes investimentos.

O recrutamento de cérebros, dentro e fora das fronteiras, passou a ser a norma. Altos salários e excelentes condições de trabalho foram oferecidos para pesquisadores e cientistas de todo o mundo, das mais diversas áreas. Nessa corrida em busca de uma nova espécie de ouro, o Brasil e outros países, que não fizeram esse tipo de planejamento, ficaram para trás, e hoje têm que se submeter às exigências e aos caprichos das nações cientificamente mais dotadas.

Em qualquer área da ciência que se vislumbre, é patente que o Brasil e outros países deste continente dependem de tecnologia, insumos e outros recursos materiais e humanos vindos do estrangeiro. Trata-se aqui de um atraso, que, pela persistência das precárias condições atuais, não será vencido ou equiparado nas próximas décadas.

No Vale do Silício, nos Estados Unidos, onde as tecnologias da informática avançaram como nunca e mesmo em regiões localizadas entre Harvard e o excelente Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), uma legião de cientistas pesquisa novos medicamentos e os avanços científicos acontecem em ritmo alucinante.

A cada dia, novas tecnologias e medicamentos são criados ou aperfeiçoados. Também, a cada descoberta e avanço, bilhões de dólares fluem para esses centros. Não seria exagero dizer que boa parte da humanidade depende desses centros científicos para vencer os desafios do futuro. Não é por outra razão que o governo americano e as mais ricas famílias do planeta estão investindo bilhões de dólares nesse novo nicho.

Aos cientistas, normalmente oriundos das mais prestigiosas universidades do mundo, são oferecidas cifras astronômicas, comparadas aos astros do esporte. Os investimentos privados nas áreas de pesquisa, sobretudo de medicamentos novos para a cura do câncer e mesmo de doenças cerebrais, são cada vez maiores.

O desenvolvimento de equipamentos de exames clínicos seguem o mesmo modelo. Ciência é economia. Basta, nesse caso específico, notar que, entre as maiores empresas ou indústria farmacêuticas do mundo, surgem empresas como a americana Johnson & Johnson, a suíça Novartis e Roche, a Pfizer ou Viatris; a francesa Sanofi; a Merkel, da Alemanha; a GlaxoSmithKline, da Inglaterra; a AstraZeneca, empresa anglo-sueca; a Bayer da Alemanha; a Gilead, americana, e outras criadas em países que investiram grandes recursos em pesquisas científicas.

»A frase que foi pronunciada

“Um pouco de ciência nos afasta de Deus. Muito, nos aproxima.”

Louis Pasteur

Akneton

» Celso Pires Araújo, cantor e ator de longa data que enriquece a cidade com sua criatividade, apareceu de Batman nas paredes externas do Teatro Nacional para lembrar o que determina a Constituição, quando dá ao Estado a responsabilidade de garantir a cultura ao povo. Mais um ano a arte da capital está sem o abrigo.

Livro

» Voltamos das férias, por isso não houve tempo hábil de divulgar o *Caderno de Viagens* de Miguel Gustavo de Paiva Torres. O livro foi lançado pelo editor Carlos Leal e a Francisco Alves Editora. Adquirir a obra na Livraria da Travessa no Casa Park.

Solução

» Imaginem um país onde a população unida paga as melhorias dos hospitais, escolas, transportes e segurança tendo desconto no imposto de renda pelo feito. Certifique-se: o antônimo de emenda é fé!

Boa ideia

» Adotando a régua da Justiça para a contagem de tempo em dias úteis, o mesmo poderia ser estipulado na marcação das férias pelos trabalhadores regidos pela CLT. Trinta dias úteis de descanso.

» História de Brasília

Antes de uma semana, após falar na Câmara dos Deputados contra o número de viaturas da polícia, o deputado Bezerra Leite precisou de uma radiopatrulha na sua cerâmica, tendo sido atendido prontamente, graças ao equipamento contra o qual ele falara no Congresso.

Se *Aedes aegypti* não existisse

» ANDRÉ SIQUEIRA,

Médico, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (SBMT)

» RIVALDO VENÂNCIO

Médico, integrante da diretoria da SBMT

» RODRIGO GURGEL

Médico, integrante da diretoria da SBMT

Já imaginou como seria o mundo se o mosquito da dengue não existisse? Metade da população mundial não estaria em risco de adquirir uma febre debilitante e, por vezes, mortal, 100 a 400 milhões de pessoas deixariam de adoecer todo ano e 40 mil pessoas deixariam de morrer. Infelizmente, esse mosquito existe e está cada vez mais presente nas cidades. No Brasil, o vírus foi registrado em 1981, durante epidemia ocorrida em Boa Vista (RR).

A partir de 1986, as epidemias passaram a ocorrer todos os anos, tornando a doença de maior repercussão sanitária, social e política antes da covid-19. Antes restrita a algumas regiões, o vírus e o mosquito têm se expandido nos últimos anos, causando epidemias em novas áreas, onde a população não tem imunidade e os sistemas de saúde não estão preparados para lidar com o alto número de casos.

Estima-se que nas últimas três décadas cerca de 10 mil brasileiros morreram por dengue. Os dados do Ministério da Saúde de 2024 mostram números alarmantes: 243.721 casos prováveis de dengue até 31 de janeiro, um número quase quatro vezes maior em relação ao mesmo período do ano anterior.

No Distrito Federal, a situação tem sido cada vez pior. Em 2022, foram registrados mais de 70 mil casos de dengue, maior número desde 1998. Se considerarmos apenas as quatro primeiras semanas de 2024, aproximadamente 31 mil casos prováveis foram registrados no DF, um número 11 vezes maior em relação ao mesmo período do ano passado, colocando o DF como a unidade da Federação com o maior número de casos do Brasil. Também chama

atenção o crescente número de casos graves e óbitos, que é reflexo da (des)organização dos serviços de saúde em situação de epidemias.

O aumento da temperatura e da intensidade das chuvas combinado com graves deficiências de urbanização, incluindo coleta de lixo e fornecimento regular de água para consumo, contribuem para o aumento da densidade dos mosquitos e consequentemente para a transmissão do vírus. O controle da dengue tem diversos desafios que dificultam seu sucesso. São quatro os sorotipos de dengue, o que significa que um indivíduo pode sofrer com dengue até quatro vezes no decorrer de sua vida.

O controle de *Aedes aegypti* encontra barreiras pela incapacidade das ações de vigilância em identificar e controlar os criadouros do mosquito e os métodos com inseticida terem alcance limitado, bem como o surgimento da resistência à maioria dos compostos utilizados. A estimativa de que 75% dos criadouros estão em residências mostra a importância da colaboração dos moradores para que haja um controle efetivo, mas não deve eximir de responsabilidade o Estado.

Ações de vigilância contínuas com a participação efetiva de agentes de endemias durante todo o ano são essenciais. Fundamental também é a preparação dos serviços de saúde e seus profissionais para a identificação e manejo adequado dos casos.

Apesar dos esforços na busca de medicamentos efetivos, o tratamento de dengue baseia-se no reconhecimento rápido de casos suspeitos e hidratação adequada no ambiente doméstico ou hospitalar. Demoras e falhas

nesse processo podem ser fatais e resultam em mortes evitáveis.

A sobrecarga dos serviços de saúde traz outras consequências, afetando indivíduos sem dengue que acabam não sendo tratados adequadamente. Nessas situações, governos declaram situações de emergência e emitem decretos, como foi feito recentemente pelo GDF e por outros estados. O decreto autoriza a aquisição de insumos e materiais e a contratação de serviços no combate à dengue. Insumos e serviços que deveriam ter sido objetos de planejamento antes da eclosão da epidemia.

Devemos lembrar que outros vírus como zika, chikungunya e, mais recentemente, oropouche vêm surgindo para desafiar os sistemas de saúde e exigem ações mais contundentes de controle e assistência. O surgimento de novas ferramentas, como o método Wolbachia, técnicas de disseminação de larvicidas e novas vacinas combinadas às estratégias de controle já realizadas podem reduzir o sofrimento causado pela dengue às nossas populações.

O fato de que o Brasil é o primeiro país a incorporar a vacina QDenga demonstra a força do Sistema Único de Saúde e da ciência brasileira, cujo monitoramento e acompanhamento propiciaram evidências que informarão os próximos passos no controle da dengue no Brasil e no mundo. Finalmente, num curto período não imaginamos um mundo sem *Aedes aegypti*, mas é possível viver num mundo sem tantas pessoas adoecendo e morrendo por dengue. Para tanto, é importante a participação intersetorial de gestores públicos, sociedade civil e comunidade científica na adoção das soluções que possibilitarão uma vida mais saudável.